

Calendarização das ações de formação promovidas pelo IASAÚDE, IP-RAM

Designação das Ações	Carga Horária	Objetivos Programáticos	Conteúdos Programáticos	N.º de Formandos	Data prevista	Formador	Local
Modernização Administrativa, Monitorização de Processos na Gestão da Qualidade	21	Promover e/ou aprofundar conhecimentos em matéria de acompanhamento de processos administrativos; Promover a eliminação de processos burocráticos e o encurtamento dos tempos de resposta.	Desenvolver métodos de trabalho, baseados na gestão por processos; Estruturar a organização mediante a adoção de uma gestão por processos; Reduzir suportes físicos; Simplificar fluxos de informação; Eliminar atividades que não acrescentam valor; Melhorar tempos de resposta e monitorizar os processos; Melhorar a satisfação dos clientes internos e externos.	15	18 a 20/09/2019	Mary Santiago Formadora na área de Segurança Alimentar, Saúde e Segurança no Trabalho, Organização e Planeamento, Inovação e Qualidade, Auditorias, Normas ISO, Gestão de Recursos Humanos e Stafing	DTIM Calçada de Santa Clara, 32 9000-036 Funchal
Sistema de Normalização Contabilística na Administração Pública	28	Promover e/ou aprofundar conhecimentos em matéria de aplicação das normas contabilísticas e do relato financeiro das organizações pertencentes à Administração Pública	SNC-AP: Visão Geral; O Subsistema da Contabilidade Orçamental; Conceitos; Classificadores Orçamentais, Reconhecimento e Mensuração; Plano de Contas; Orçamento Inicial; Alterações Orçamentais; Execução Orçamental; Processo de Encerramento/Abertura da Contabilidade Orçamental; Demonstrações Orçamentais; Relato Orçamental; O subsistema da Contabilidade Financeira; Transição para o SNC-AP; A Estrutura Concetual; Inventário e Atividade Agrícola; Investimentos; Instrumentos Financeiros; Rendimentos; Contratos de Construção; Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes; Benefícios dos Empregados; Imparidade de Ativos; Custos dos Empréstimos Obtidos; Interesses em Outras Entidades; Relato Financeiro; Conceitos da Contabilidade de custos e de Gestão. Casos Práticos.	15	30/09 a 03/10/2019	Nuno Costa Coordenador de Núcleo de Finanças e Controlo de Gestão. Entidade dos Serviços Partilhados da Administração Pública, IP Formador Externo	DTIM Calçada de Santa Clara, 32 9000-036 Funchal
Código dos Contratos Públicos	28	Promover e/ou aprofundar conhecimentos em matéria de contratação de bens e serviços nos termos do Código dos Contratos Públicos; Habilitar para a condução da atividade administrativa na formação de Contratos; Promover a resolução de casos práticos, quer na fase pré-contratual, quer na fase de execução.	O código dos contratos públicos introdução, apresentação e estrutura. Âmbito de aplicação - objetivo; subjetivo; contratos excluídos e contratação excluída; restrição e extensão do âmbito de aplicação contratação pública tipos de procedimentos escolha dos procedimentos: em função do valor do contrato; em função de critérios materiais; outras regras de escolha dos procedimentos formação do contrato: anúncio de pré-informação; início do procedimento; regras para a contagem dos prazos peças do procedimento regras de participação propostas: documentos que a constituem; propostas variantes; esclarecimentos e erros e omissões do caderno de encargos; modo de apresentação júri do procedimento análise das propostas e adjudicação: critérios de adjudicação; dever de adjudicação e causas de não adjudicação habilitação caução confirmação de compromissos celebração do contrato tramitação procedimental ajuste directo (regime geral; regime simplificado) concurso público concurso limitado por prévia qualificação procedimento por negociação diálogo concorrencial concurso de concepção sistemas de aquisição dinâmicos acordos-quadro e centrais de compras garantias administrativas	20	7/10 a 10/10/2019	Manuel Melo – Licenciado em Direito e Mestre em Ciências Jurídico-Empresariais	DTIM Calçada de Santa Clara, 32 9000-036 Funchal
Novo Código do Procedimento Administrativo	21	Identificar as principais inovações e a aplicação do novo código, utilizando-o como um instrumento de modernização administrativa. Conhecer o enquadramento jurídico essencial para o desenvolvimento da atividade diária dos serviços.	A Administração Pública e a satisfação das necessidades coletivas de segurança, cultura e bem-estar. O direito administrativo. Principais inovações do código. Natureza das normas do código do procedimento administrativo. Importância teórico-prática da questão. Dos sujeitos do procedimento: Os órgãos administrativos e os interessados. Dos órgãos administrativos: A regulação genérica do funcionamento dos "órgãos colegiais" da Administração Pública. Dos interessados: A questão da legitimidade. Do procedimento administrativo: Os princípios gerais do procedimento administrativo. O direito à informação. As notificações e os prazos. A marcha do procedimento. Da atividade administrativa: O regulamento. O ato administrativo - o seu regime - A validade; A eficácia; A invalidade; A revogação; A execução. Reclamações e recursos: - Generalidades - reclamação - Recurso hierárquico propriamente dito - Recurso hierárquico impróprio e recurso tutela.	20	14 a 16/10/2019	Elionora Cardoso Doutora em Direito / Jurista / Advogada Docente universitária Formadora Externa	DTIM Calçada de Santa Clara, 32 9000-036 Funchal

Calendarização das ações de formação promovidas pelo IASAÚDE, IP-RAM

Designação das Ações	Carga Horária	Objetivos Programáticos	Conteúdos Programáticos	N.º de Formandos	Data prevista	Formador	Local
Elaboração de Leis e Regulamentos	14	Identificar as técnicas de conceção, elaboração e avaliação de textos legislativos e regulamentares numa perspetiva fundamentalmente prática; Usar uma linguagem simplificada para qualidade dos atos normativos.	Introdução à qualidade da lei; Fases da metodologia legislativa – análise do problema; definição dos objectivos; opções legislativas; avaliação legislativa; execução da lei; Gestão dos projetos legislativos; Caso prático: uma proposta de avaliação legislativa; Legística Formal; Comunicação legislativa; Conceção do ato legislativo; Regras de redação legislativa; Caso prático: elaboração de atos normativos.	15	17 e 18/10/2019	Elionora Cardoso Doutora em Direito / Jurista / Advogada Docente universitária Formadora Externa	DTIM Calçada de Santa Clara, 32 9000-036 Funchal
Lei de organização e Processo e regulamento geral do Tribunal de Contas	28	Abordagem à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto e ao Regulamento Geral do Tribunal de Contas.	Abordagem à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto e ao Regulamento Geral do Tribunal de Contas	20	21 a 24/10/2019	Elionora Cardoso Doutora em Direito / Jurista / Advogada Docente universitária Formadora Externa	DTIM Calçada de Santa Clara, 32 9000-036 Funchal
Processamento de Vencimentos	14	Identificar aplicar a legislação vigente; Executar o cálculo de remunerações e processar o respetivo pagamento; Usar os conhecimentos necessários para a execução das formalidades exigidas no processamento de suplementos remuneratórios e outros abonos.	Introdução Processamento de ajudas de custo em território nacional; Processamento de ajudas de custo em deslocação ao estrangeiro; Processamento de horas extraordinárias; Trabalho prestado em dia de descanso semanal, complementar e Feriado; Processamento de abono para falhas; Processamento de outros abonos pontuais	20	24/10 a 25/10/2019	Manuel Melo – Licenciado em Direito e Mestre em Ciências Jurídico-Empresariais	DTIM Calçada de Santa Clara, 32 9000-036 Funchal
Estratégia, Inovação e Valor no Serviço Público	21	Conceito de valor público; Novas abordagens à gestão estratégica e inovação da A.P.; Etapas do processo de gestão estratégica na A.P.; O QUAR; Articulação estratégica com os objetivos operacionais	Intensidade da mudança e gestão do conhecimento; Modelos, modismo e paradigmas de inovação no sector público. Direcionamento da mudança: valores, responsabilidade e virtudes sociais. Estratégico: a competência distintiva e o posicionamento perante a comunidade; Estrutural: a modulação, equipas e a centralidade no processo; Processual e tecnológico: sistemas e processos em função dos clientes; humano: postos de trabalho por habilidades e competências; cultural: clima, motivação e programação coletiva por missão e valores.	20	28 a 30/10/2019	Mary Santiago Formadora na área de Segurança Alimentar, Saúde e Segurança no Trabalho, Organização e Planeamento, Inovação e Qualidade, Auditorias, Normas ISO, Gestão de Recursos Humanos e Staffing	DTIM Calçada de Santa Clara, 32 9000-036 Funchal
Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso e sua Regulamentação	21	Desenvolver conhecimentos sobre os conceitos de fundos disponíveis, compromissos e pagamentos em atraso da aplicação dos diplomas: Lei 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n. 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações. Avaliar o impacto da aplicação da LCPA em termos de procedimentos e prestação de contas; Estabelecer medidas estratégicas para a aplicação da nova lei.	LCPA e os Planos de Contas; Princípios e regras gerais; Cálculo dos Fundos disponíveis; Considerandos e ideias-chave; Regras para a assunção de compromissos; Reforço da responsabilidade; Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso; Como implementar; Reporte da informação; Resolução de exercícios para aplicação dos princípios teóricos; Discussão de casos práticos.	15	28 a 30/10/2019	Nuno Costa Coordenador de Núcleo de Finanças e Controlo de Gestão. Entidade dos Serviços Partilhados da Administração Pública, IP	DTIM Calçada de Santa Clara, 32 9000-036 Funchal

Calendarização das ações de formação promovidas pelo IASAUDE, IP-RAM

Designação das Ações	Carga Horária	Objetivos Programáticos	Conteúdos Programáticos	N.º de Formandos	Data prevista	Formador	Local
Desenho e Implementação de Indicadores de Apoio à Decisão	14	Compreender a importância dos indicadores de medida na tomada de decisão; Descrever os conhecimentos que habilitem a construir corretamente indicadores para medição de desempenho; Implementar indicadores para a medição de desempenho, Aplicar métodos para a correta identificação de metas, alertas e critérios de superação.	Sessão prática de avaliação Custo-Benefício. Modelos de decisão com múltiplos objetivos. Aplicação dos modelos de decisão na Contratação Pública. Aplicação dos modelos de decisão na Gestão de Desempenho de Organismos (SIADAP 1). Aplicação dos modelos de decisão na Seleção de Programas de Projetos. Aplicação dos modelos de decisão no Procedimento Concursal.	15	04 e 05/11/2019	Pedro Engrácia Diretor de Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P. Formador Externo	DTIM Calçada de Santa Clara, 32 9000-036 Funchal
Legística: Preparação Técnica e Redação de Leis e Regulamentos	28	Identificar o atual quadro de atos normativos, incluindo atos legislativos e atos regulamentares; Diferenciar os processos de feitura de leis. Bem como das técnicas utilizadas para sua redação; Descrever os métodos de organização legislativa	Enquadramento constitucional; Procedimentos legislativo comum: no âmbito da assembleia da república; no âmbito do governo e das assembleias legislativas regionais. Tramitação. Os regulamentos administrativos: Classificação com base na eficácia; regulamentos gerais externos quanto à sua relação com a lei; limites do poder regulamentar; hierarquia e aplicação dos regulamentos	20	5/11 a 08/11/2019	Manuel Melo – Licenciado em Direito e Mestre em Ciências Jurídico-Empresariais	DTIM Calçada de Santa Clara, 32 9000-036 Funchal
Dos Dados às Decisões	14	Dominar os conceitos de Business Intelligence; Conhecer os principais modelos de Predictive Analytics e sua aplicação.	Introdução ao Predictive Analytics. O que é Predictive Analytics? . Analytics vs Predictive Analytics. Quem está a utilizar o Predictive Analytics . Reduzir a fraude, o desperdício e melhorar as decisões. Organizações evoluídas. Gestão reativa vs. Gestão preventiva. Controller ou Data scientist?. Competências atualizadas da área de Planeamento e Controlo. Modelos de Predictive Analytics. Compreensão dos drivers da atividade. Consciência da perspetiva do decisor. Dos dados ao conhecimento. Identificação e preparação dos dados. Desenho de indicadores avançados. Principais modelos de Predictive Analytics. Modelos de gestão do risco. Ferramentas de apoio ao Predictive Analytics. Novos gráficos de apoio à decisão. Principais softwares no mercado. Aplicação prática. Análise de casos da administração pública.	15	06 e 07/11/2019	Pedro Engrácia Diretor de Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.	DTIM Calçada de Santa Clara, 32 9000-036 Funchal
Gestão Jurídico-Orçamental	21	Conhecer os procedimentos que presidem à preparação e à execução do orçamento e da gestão das despesas públicas (processo orçamental); Conhecer a legislação orçamental ou o direito orçamental; Aplicar e interpretar a legislação orçamental em vigor.	Lei de enquadramento orçamental: Elementos de estrutura do orçamento; princípios e regras orçamentais; controlo orçamental e responsabilidade financeira. Métodos de elaboração do orçamento: Orçamento funcional e por programas; orçamento por atividades; Orçamento base-zero; Orçamento de resultados. Execução e controlo orçamental: Cativos como medida da contenção da despesa; Alterações orçamentais; Análise de indicadores e rácios orçamentais; desvios e medidas corretivas; Controlo orçamental – despesa; controlo orçamental- receita; princípios e regras fundamentais na realização da despesa. Fases e procedimentos. Informações a prestar no âmbito da legislação orçamental em vigor.	15	11 a 13/11/2019	Nuno Costa Coordenador de Núcleo de Finanças e Controlo de Gestão. Entidade dos Serviços Partilhados da Administração Pública, IP	DTIM Calçada de Santa Clara, 32 9000-036 Funchal
O Contencioso Administrativo	21	Conhecer as linhas gerais do regime do contencioso administrativo; Adquirir conhecimentos que permitam identificar e compreender os aspetos essenciais da organização judiciária e das normas de direito processual.	O âmbito da jurisdição administrativa e a competência dos Tribunais. Os princípios estruturantes do contencioso administrativo. As partes: pressupostos processuais relativos às partes, em especial, o problema da legitimidade e questões conexas. Os principais meios processuais: acção administrativa comum e acção administrativa especial. A acção administrativa especial: modalidades que comporta e respectivos regimes: - acção de impugnação de actos administrativos; -acção de condenação à prática de acto devido; -acção de impugnação de normas e declaração de ilegalidade por omissão. A marcha do processo relativo à acção administrativa especial. Os processos urgentes, em especial, o contencioso pré-contratual e os processos cautelares. Os recursos jurisdicionais: questões essenciais. O processo executivo. Resolução de casos práticos	20	13 a 15/11/2019	Elionora Cardoso Doutora em Direito / Jurista / Advogada Docente universitária	DTIM Calçada de Santa Clara, 32 9000-036 Funchal

Calendarização das ações de formação promovidas pelo IASAÚDE, IP-RAM

Designação das Ações	Carga Horária	Objetivos Programáticos	Conteúdos Programáticos	N.º de Formandos	Data prevista	Formador	Local
Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas	21	Debater o processo de laboralização do emprego público ocorrido nos últimos anos até a provação da LTFP. Analisar as especificidades da LTFP relativamente ao direito laboral comum, bem como os principais institutos do código do trabalho que lhe são aplicáveis	Estrutura e articulação com o Código do Trabalho e os instrumentos de regulamentação coletiva do trabalho. A alteração de posicionamento remuneratório – articular a LGTFP com o SIADAP. O regime das mobilidades: em especial, o novo regime da consolidação. Impacto das faltas nas férias: as faltas por conta de férias; substituição de faltas com perda de remuneração por férias e suspensão do contrato. A Lei 25/2017 de 30 de maio: revogação do regime da requalificação.	20	18 a 20/11/2019	Elionora Cardoso Doutora em Direito / Jurista / Advogada Docente universitária	DTIM Calçada de Santa Clara, 32 9000-036 Funchal
Regime de Responsabilidade dos Dirigentes da Administração Pública	14	Identificar a atuação administrativa do Estado e Entidades Públicas nos atos funcionais praticados pelos titulares dos Órgãos. Diferenciar os regimes jurídicos de responsabilidade civil, criminal, financeira e disciplinar. Analisar a existência de potenciais prejuízos que possam ser causados a outrem.	Gestão da complexidade nas organizações; Gestão financeira; liderança, gestão de equipas e negociação, gestão do risco, auditoria e segurança.	15	21 e 22/11/2019	Elionora Cardoso Doutora em Direito / Jurista / Advogada Docente universitária Formadora Externa	DTIM Calçada de Santa Clara, 32 9000-036 Funchal
Regime Disciplinar dos Trabalhadores em Funções Públicas	21	Reconhecer as questões essenciais do direito disciplinar no âmbito da Administração Pública, tanto na vertente do direito material, como na vertente do direito procedimental; Identificar os problemas que o direito disciplinar coloca; Elaborar peças procedimentais.	O conceito de responsabilidade disciplinar; O fundamento da disciplina; O estatuto constitucional da responsabilidade disciplinar; O universo dos trabalhadores da Administração Pública: dados do problema, no estádio atual do ordenamento jurídico e sua repercussão ao nível do regime legal em matéria disciplinar; perspetivas de evolução da temática em apreço. A noção de infração disciplinar; a teoria geral da infração disciplinar; o poder disciplinar: suas vertentes e enquadramento teórico; As penas disciplinares: teoria geral. As relações entre o procedimento disciplinar e o processo criminal. O procedimento disciplinar: os princípios informadores do procedimento disciplinar quer de base constitucional quer de nível legal; questões relativas à forma e à obrigatoriedade do processo disciplinar. Os processos pré-disciplinares ou que possuem conexão com a ação disciplinar em especial, os processos de inquérito e de sindicância. A marcha do procedimento disciplinar comum: suas fases constitutivas: fase da instrução, fase da acusação, fase da defesa, fase do relatório final, fase da decisão e fase das impugnações.	20	25 a 27/11/2019	Elionora Cardoso Doutora em Direito / Jurista / Advogada Docente universitária	DTIM Calçada de Santa Clara, 32 9000-036 Funchal
Execução do Orçamento nos Serviços Públicos	21	Interpretar e aplicar a legislação em vigor; Acompanhar a execução de orçamentos dos serviços públicos; Implementação das medidas de gestão, execução e controlo adequadas.	Elaboração dos orçamentos: Princípios e regras orçamentais. Execução do orçamento e alterações orçamentais. Tratamento contabilístico de situações específicas com reflexo na prestação de contas.	15	25 a 27/11/2019	Nuno Costa Coordenador de Núcleo de Finanças e Controlo de Gestão. Entidade dos Serviços Partilhados da Administração Pública, IP	DTIM Calçada de Santa Clara, 32 9000-036 Funchal
Regime de Férias, Faltas e Licenças na Administração Pública	14	Promover e/ou aprofundar conhecimentos relativamente à legislação inerente aos Direitos e Deveres dos Trabalhadores em Funções Públicas e de Direito Privado.	A introdução do contrato de trabalho na administração pública: a sua evolução nos últimos anos e as especificidades do seu regime; As fontes normativas do RCTFT; A prestação de trabalho e os novos regimes de duração e organização do tempo de trabalho: os horários de trabalho, o regime de adaptabilidade, o trabalho a tempo parcial, por turnos, nocturno, extraordinário; A importância dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho na fixação do regime da duração e organização do tempo de trabalho; Férias: aquisição, marcação e gozo; alteração, acumulação e suspensão; férias no caso de cessação definitiva do contrato. Faltas: tipos de faltas e seu regime. Algumas implicações do regime de proteção social Licenças: conceito e regime.	20	28/11 e 29/11/2019	Rubina Silva Secretaria Regional de Educação - Técnica Superior Gabinete de Gestão e Organização	DTIM Calçada de Santa Clara, 32 9000-036 Funchal

Calendarização das ações de formação promovidas pelo IASAÚDE, IP-RAM

Designação das Ações	Carga Horária	Objetivos Programáticos	Conteúdos Programáticos	N.º de Formandos	Data prevista	Formador	Local
Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública	28	Principais conceitos e avaliação das principais características de um sistema de gestão e avaliação de desempenho - SIADAP; Desempenho por competências e objetivos; Normas legais dos três subsistemas do SIADAP.	Definição de objetivos e fixação de metas de desempenho Gestão por objetivos. Definição de objetivos. Princípios de fixação de metas de desempenho. Formulação de indicadores de medida de desempenho Noção de indicador de medida. Critérios técnicos de formulação de indicadores de medida de desempenho. Objetivos viciados Diferentes tipos de objetivos viciados. Exemplos de objetivos tecnicamente correctos. Proposta e validação de objetivos Validação técnica de definição de objetivos propostos. Esclarecimentos na definição de objetivos. Tópicos de SIADAP Adaptação e adiamento da aplicação do SIADAP. Integração dos subsistemas do SIADAP. Mecanismo de operacionalização da determinação da avaliação dos serviços. Processos de avaliação do desempenho e respectivos intervenientes. Modalidades de avaliação do desempenho. Modelos de avaliação do desempenho. Monitorização e revisão de objetivos. Regime transitório. Aplicação das percentagens máximas legais para avaliações superiores. Aplicação dos critérios de desempate. efeitos da avaliação do desempenho. operacionalização da avaliação e gestão por competências.	20	02 e 05/12/2019	Rubina Silva Secretaria Regional de Educação - Técnica Superior Gabinete de Gestão e Organização	DTIM Calçada de Santa Clara, 32 9000-036 Funchal
Contratualização em Saúde	21	Responder às crescentes exigências da prestação de cuidados nas organizações de saúde, nomeadamente na promoção da melhoria dos processos de contratualização, com particular destaque para conhecimentos científicos e técnicos pertinentes e atualizados	Modelos de identificação de necessidades em saúde e contratualização; – A evolução nacional e internacional da contratualização em saúde; – Tipologias de contratualização em saúde: Contratualização em cuidados de saúde hospitalares; Contratualização em cuidados de saúde primários; Contratualização em cuidados continuados; Contratualização de programas de saúde; – Monitorização e avaliação em dinâmicas de contratualização	20	11/12 a 13/12/2019	Manuel Melo – Licenciado em Direito e Mestre em Ciências Jurídico- Empresariais	DTIM Calçada de Santa Clara, 32 9000-036 Funchal